

**ANÁLISE DO HISTÓRICO DE VENDAS DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS
POR UMA FARMÁCIA NO MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES NOS ÚLTIMOS OITO
ANOS**

***ANALYSIS OF THE HISTORY OF SALES OF PSYCHOTROPIC DRUGS BY A
PHARMACY IN THE MUNICIPALITY OF FUNDÃO/ES IN THE LAST EIGHT
YEARS***

Jéssica Mandelli Cazotto Bortoloti¹

Mauricio da Silva Mattar²

RESUMO: O aumento de diagnóstico de doenças mentais pode ter impulsionado de forma direta a venda de medicamentos controlados, diante disto o presente estudo realizou uma pesquisa quantitativa, descritiva documental em uma farmácia do município de Fundão/ES com objetivo de analisar o histórico de venda nos últimos oito anos e correlacionando as vendas de medicamentos psicotrópicos em relação as outras classes terapêuticas (antimicrobianos e medicamentos sem retenção de receituário) o quais foram subdivididos em dois grupos: genérico/similar e referência. Para o levantamento de dados foi utilizado software Prosytem e posteriormente sua tabulação através programa Microsoft Office Excel versão 2504 Build analisados pelo SPSS 23.0 for Windows. Os resultados apresentaram-se crescentes em relação ao uso de medicamentos psicotrópicos (genérico/similar). Possivelmente associado ao período da pandemia. Notou-se ainda que o grupo dos medicamentos genéricos e similares desponta-se em vendas, como provável reflexo da confiabilidade que esses produtos assumiram no país. Portanto conclui-se que o profissional farmacêutico é de extrema importância tanto para a dispensação e correta orientação frente ao uso de medicamentos quanto ao cumprimento das legislações sanitárias vigentes.

Palavras-chave: Medicamento; Psicotrópico; Aumento.

ABSTRACT: The increase in the diagnosis of mental illnesses may have directly boosted the sales of controlled medications. In light of this, the present study conducted a quantitative, descriptive documentary research in a pharmacy in the municipality of Fundão/ES, aiming to analyze the sales history over the past eight years and correlating the sales of psychotropic medications with other therapeutic classes (antimicrobials and medications not subject to prescription retention), which were divided into two groups: generic/similar and reference. For data collection, Prosytem software was used, and subsequently, the data was tabulated through Microsoft Office Excel version 2504 Build analyzed by SPSS 23.0 for Windows. The results showed an increase in the use of psychotropic medications (generic/similar). This is possibly associated with the pandemic period. It was also noted that the group of generic and similar medications is emerging in sales, likely reflecting the trust that these products have gained in the country. Therefore, it is concluded that the pharmacist is extremely

¹ Farmácia, UNISALES. Vitória/ES, Brasil. jessica.Bortoloti@souunisaless.com.br.

² Mestre, professor UNISALES. Vitória/ES, Brasil. mmattar@salesiano.br.

important not only for the dispensing and correct guidance regarding the use of medications but also for compliance with current health regulations.

Keywords: Medication; Psychotropic; Increase.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade tem evoluído e juntamente com ela os recursos terapêuticos têm se tornando uma das principais tecnologias utilizadas no campo da saúde. Com os avanços científicos, tornou-se possível sintetizar novos fármacos e comprovar sua eficácia e segurança por meio de métodos cada vez mais precisos. Nesse contexto, o tratamento dos transtornos mentais também acompanhou essa evolução e, atualmente, está frequentemente associado ao uso de psicofármacos, que ajudam a aliviar sintomas, reduzir incapacidades, encurtar a duração dos episódios e prevenir a recorrência de crises (Penha, *et al.* 2021).

A Organização Mundial de Saúde (OMS,2023), descreve drogas psicoativas como substâncias que ao serem ingeridas alteram os processos mentais como: percepção, cognição, humor e emoções, por esse motivo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) instituiu o controle destes medicamentos os quais só podem ser vendidos com receituário de controle especial emitidos por prescritores habilitados (Brasil, 2018). Enquadram-se neste controle os psicofármacos das seguintes classes: antipsicóticos, os ansiolíticos, antidepressivos e os hipnóticos e sedativos, a fim de tratar os sinais e sintomas relacionados a saúde mental do paciente (Camila; Nascimento; Salvi, 2018).

A pandemia não só se restringiu a uma doença de ordem respiratória, mas determinou impactos severos no contexto da saúde mental, pois exigiu isolamento populacional frente ao desconhecido histórico da doença, de modo a minimizar o número de mortes decorrentes do potencial agravamento da doença. Até que soluções eficazes fossem apresentadas, que se deu apenas com a vacinação, as pessoas mantiveram-se em condições de estresse mental e, dentre outros problemas decorrentes da pandemia, não se pode desprezar as consequências neste âmbito, exigindo, portanto, entre outros recursos terapêuticos, a farmacoterapia de suporte. Incorporando na sociedade diversos avanços tecnológicos na saúde seja na inserção de soluções voltadas para o manejo clínico, diagnóstico por imagem, utilização de inteligência artificial para a análise de riscos, criação aplicativos de geolocalização (Celuppi *et al.* 2021) e regularização do receituário digital de medicamentos controlados para dispensação de algumas classes farmacêuticas (Brasil, 2022).

Em 2023 o Conselho Federal de Farmácia (CFF) divulga um alerta frente a aumento significativo das vendas de psicotrópicos com predominância nos antidepressivos e estabilizantes de humor no Brasil após o início da pandemia (Brasil, 2023). Diante do exposto foi realizado um estudo em uma farmácia localizada no município de Fundão, estado do Espírito Santo, com o levantamento de vendas dos últimos oito anos no qual foi possível correlacionar a venda de medicamentos psicotrópicos, antimicrobianos e medicamentos que não necessitam da retenção de receita nestes últimos anos e correlacionar a vendas com o perfil demográfico do município.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DEFINIÇÃO SAÚDE MENTAL

A saúde mental está fortemente ligada ao bem-estar do indivíduo permitindo-lhe desenvolver habilidades, aprender e contribuir para a comunidade. Com equilíbrio mental é possível enfrentar o estresse cotidiano e ter uma perspectiva de crescimento pessoal e profissional. Porém, fatores externos como família, comunidade, individuais e estruturais podem fortalecer ou prejudicar o bem-estar mental. Indivíduos com agravamento de doenças mentais tem uma perspectiva de vida menor do que a população em geral com uma redução de 10 a 20 anos, além de ocasionar consequências para a economia gerada pela queda da produtividade. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) se enquadram como transtornos mentais quadros de depressão, ansiedade, esquizofrenia, bipolaridade, demência, dependentes químicos, deficiências intelectuais e transtorno de comportamento e desenvolvimento (Organização Mundial de Saúde, 2020).

Entretanto, Centenaro e colaboradores (2022) caracterizam transtornos mentais comuns como um conjunto de sintomas não psicóticos oriundos pela depressão, ansiedade, ausência do sono, fadiga, irritabilidade, esquecimento e falta de concentração que podem evoluir para doenças mentais.

2.2 DESCRREVENDO OS PSICOTRÓPICOS

O psicofármaco é uma substância química podendo ser de origem natural ou sintética, que ao ser introduzido no organismo pode alterar o comportamento mental de diferentes formas: excitação, depressão ou causar perturbação. São indicados para o tratamento de diversas condições de saúde, podendo gerar dependência física ou psicológica, além de aumentar o risco de eventos adversos ao paciente (Oliveira, *et al.* 2021).

Os fármacos psicotrópicos são aqueles que influenciam o humor e o comportamento. Como esses aspectos da função cerebral são difíceis de definir e medir, não existe uma base consistente para classificá-los. Isso resulta em uma combinação confusa de termos que relacionam diferentes aspectos, como a estrutura química de benzodiazepínicos e butirofenonas, o alvo bioquímico de inibidores da monoaminoxidase e inibidores da recaptção de serotonina, e os efeitos comportamentais de alucinógenos e estimulantes psicomotores. Além disso, esses fármacos também são agrupados com base no uso clínico, como antidepressivos, agentes antipsicóticos e fármacos antiepiléticos. A mistura se torna ainda mais complexa com a inclusão de categorias indefiníveis, como antipsicóticos atípicos e nootrópicos (Rang, *et al.* 2011).

Por esse motivo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) instituiu o controle destes medicamentos os quais só podem ser vendidos com a retenção do receituário de controle especial emitidos por prescritores habilitados (Brasil, 2018). Enquadram-se neste controle os psicofármacos das seguintes classes: antipsicóticos, os ansiolíticos, antidepressivos e os hipnóticos e sedativos, a fim de tratar os sinais e sintomas relacionados a saúde mental do paciente (Camila; Nascimento; Salvi, 2018).

Justifica-se empregabilidade dos antipsicóticos em outras doenças como a depressão bipolar devido ao seu custo e em casos persistentes onde a empregabilidade dos

antidepressivos pode desencadear episódios maníacos. Por essa razão associa-se o estabilizante de humor como terapia de primeira escolha (Moreno *et al.* 2021).

2.3 AUMENTO DO CONSUMO DE PSICOTRÓPICOS NO MUNDO

Segundo a OMS (2020), mundialmente em 2019 cerca 970 milhões de pessoas apresentavam algum transtorno mental relacionado a ansiedade e depressão. Acompanhado de uma prestação de serviço em saúde mental precário. Com o surgimento da pandemia do COVID-19 (Coronavirus Disease 2019) observou-se um aumento entre 26% a 28% em apenas um ano dos transtornos mentais associado a quadros depressivos.

Deve-se considerar que a prescrição e utilização de medicamentos principalmente da classe dos psicofármacos vai muito além do profissional – paciente. Akerman e Freitas (2017) descrevem fatores que interferem diretamente nessa vertente do uso racional de medicamentos. Nesse âmbito, se observam outros protagonistas da assistência farmacêutica como instituições governamentais em todos os seus âmbitos, universidades, escolas técnicas, serviços de saúde seja no seu âmbito privado ou público, indústria farmacêutica, meios de comunicação e na ponta desta extensa cadeia o paciente consumidor final.

Além disso, a utilização de psicotrópicos para o tratamento de transtornos comportamentais tem como alvo principal o sistema nervoso central, porém tem apresentado controvérsias sobre sua eficácia e tolerabilidade impulsionando novas pesquisas. A população idosa tem se tornado uns dos principais consumidores de psicotrópicos devido a sua prevalência de doenças psiquiátricas e outras comorbidades também se observado uma prevalência em mulheres (Abi-Ackel *et al.*; 2017). A fim de solucionar o sofrimento cotidiano das multitarefas: vida social, trabalho, mãe e dona de casa impulsionado pelo marketing da indústria farmacêutica junto aos consultórios médicos (Mazon; Amorin; Brzozowski, 2023).

Utilizados como recurso essencial, os medicamentos psicotrópicos destacam-se como importantíssimo recurso terapêutico oferecendo aos pacientes melhorias na qualidade de vida. Porém, seu consumo de forma irracional traz graves riscos aos seus consumidores além de aumentar significativamente os custos da saúde (Bertoldi *et al.* 2010).

Com a “Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (PNAUM)”, o acesso ao tratamento de depressão, mencionado por pacientes diagnosticados e medicados pelo profissional habilitado representa 95,6% dos pesquisados que utilizam medicamentos de controle especial, tendo um predomínio em idosos, residentes na região sudeste configurados na classe econômica A/B. Observa-se um acesso parcial de 3,7% destes medicamentos na região nordeste na população pertencentes as classes D/E (Brasil, 2016).

2.4 IMPACTO DA PANDEMIA NO USO DE PSICOTRÓPICOS

Com o isolamento social durante a pandemia da COVID-19 observou-se o aumento do estresse sem precedentes. A ausência de contato com outras pessoas seja no seu ambiente de trabalho, familiar ou na comunidade trouxe a realidade preocupações e medo ocasionando na elevação de casos de ansiedade e depressão com o agravamento dos casos em pacientes profissionais da área da saúde em que a exaustão se tornou um gatilho para pensamentos suicidas. Observa-se que as

mulheres foram mais afetadas do que os homens, os jovens também foram muito impactados pelo aumento de transtorno mentais oriundos pela pandemia (Organização Mundial de Saúde, 2022).

A pandemia forçou muitos países a adaptarem suas intervenções psicológicas direcionadas ao tratamento de doenças mentais. No seu primeiro ano de pandemia o Brasil intensificou os repasses financeiros aos municípios, além do aumento de atendimentos. A assistência farmacêutica também sofreu com alterações temporárias na legislação o que permitiu ampliar a validade das receitas e o prazo de devolução às farmácias, aumentando a quantidade de medicamentos dispensados por período ocasionado aumento nas quantidades dispensadas (Cerqueira Barros; Silva, 2023).

Vale ressaltar que em 2022, a OMS apontou lacunas deixadas pela chegada da COVID-19 ocasionada pela interrupção dos serviços eletivos de saúde. Serviços voltados para tratamento de doenças mentais neurológicas e programas de prevenção ao suicídio foram interrompidos. No final de 2021 a situação começou voltar ao normal, porém muitas pessoas continuaram sem acesso ao cuidado necessário. Embora a pandemia tenha intensificado o investimento em intervenções digitais, ainda tem sido um grande desafio o acesso da população a estes recursos principalmente em países de baixa renda (Organização Mundial de Saúde, 2022).

2.5 PROGRAMAS DE USO RACIONAL DE PSICOTRÓPICOS

O crescimento na utilização de psicotrópicos nos últimos anos tem sido impulsionado pelo aumento de diagnósticos de transtornos mentais e inserção no mercado de novas moléculas farmacêuticas e aprimoramento das já existentes, devendo estes ser utilizado de forma racional a fim de evitar efeitos adversos ou até mesmo a sua dependência. Neste contexto, a atenção primária à saúde é imprescindível para assegurar o tratamento dos mesmos de forma gratuita, onde haja disponibilização de psicotrópicos visto o crescente aumento de transtornos mentais pela população mundial (Simas da Rocha; Werlang, 2013).

Em sua pesquisa Colaço e Onocko-Campos (2022) fazem uma análise sobre o uso de psicofármacos em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) levando em consideração os efeitos gerados pela ingestão do medicamento no organismo quanto ao tratamento que envolve a equipe multidisciplinar, âmbito familiar e o próprio paciente. As prescrições vão além dos efeitos fisiológicos, influenciando diretamente os envolvidos no processo de tratamento do paciente e reforçando os papéis para sucesso do tratamento. Os autores destacam a importância da construção de vínculos para um tratamento eficaz. A inserção do medicamento é viável ao tratamento, mas manter uma relação que leve em consideração o respeito, autonomia e liberdade do paciente permitindo sua participação nas tomadas de decisões referente à sua saúde mental.

Entretanto, Rocha e colaboradores (2023) sugerem o uso de psicotrópicos enfatizando que, na maioria dos casos, é possível adotar um tratamento diferenciado, reservando a introdução destes medicamentos apenas como última alternativa. A adoção de uma abordagem terapêutica ampla na atenção primária de saúde em que os medicamentos psicotrópicos sejam administrados com última escolha do tratamento e por um curto prazo.

Levando em consideração o aumento de diagnóstico relacionados a doenças mentais mundialmente a OMS (2020) tem desenvolvido políticas que visam melhorar a saúde

mental da população com a implementação do Plano de ação abrangente para a saúde mental 2013-2030, através do fortalecimento governamental, prestação de cuidados voltados para a sociedade e inserção de estratégias baseadas em evidências e pesquisas, implementação de estratégias de promoção e prevenção.

Em 2022, em seu “Relatório mundial sobre saúde mental: transformando a saúde mental para todos”, a OMS fez um apelo aos países para implantação do plano de ação preconizando a saúde mental através dos serviços básicos voltados para prevenção e promoção da saúde mental. Além de disponibilizar o “Programa de Ação para Lacunas de Saúde mental da OMS (mhGAP)” utilizando de diretrizes, ferramentas e métodos baseados em comprovações científicas expandido seus serviços em saúde mental atendendo localidades com poucos recursos financeiros promovendo a capacitação integrada de profissionais que ainda não possuem especializações a fim de promover um bom atendimento a partir do diagnóstico e tratamento de transtornos mentais (Organização Mundial de Saúde, 2022).

2.6 LEGISLAÇÃO SANITÁRIA DOS MEDICAMENTOS

A legislação sanitária é constituída por um conjunto de normas e diretrizes destinadas a proteção da saúde da população, tendo como objetivo institucional assegurar a proteção da saúde através do controle do controle sanitário desde a produção até o consumo de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária (Brasil, 2024).

Criada em 17 de dezembro de 1973 a Lei nº5.991, de estabelece diretrizes para o controle sanitário para o comércio e utilização de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos em todo território brasileiro abrangendo todos os setores sejam eles privado, público ou filantrópico. Sendo restrito a dispensação de medicamentos: farmácias, drogarias, postos de medicamento, unidades volantes e dispensários de medicamentos (Brasil, 1973).

Já no dia 26 de janeiro de 1999 foi aprovada a Lei nº 9.782 que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e institui as competências da ANVISA. A criação teve como função institucional promover a proteção da saúde da população por meio do controle sanitários deste a produção e consumo de produtos sob fiscalização dela (Brasil,1999).

A fim de garantir o consumo seguro de medicamentos o Ministério da Saúde aprovou a Portaria nº344/1998 que visa o controle rigoroso de substâncias com potencial dependência. Ela é regulamenta deste a produção, comercialização, prescrição e a utilização de medicamentos e outras substâncias que exigem controle no Brasil. Ela estabelece medicamento como produto farmacêutico com a finalidade de prevenção, tratamento, alívio de sintomas ou para diagnóstico. A fim de estabelecer um tratamento adequado ao paciente houve a padronização de notificação de receita medicamentos sujeitos a controle especial sob fiscalização da ANVISA, que são prescritos por profissionais habilitados e inscritos em seus respectivos conselhos. As notificações são subdivididas em receituários de controle especial sendo que cada classe possui uma cor distinta, em que amarela é destinada para entorpecentes, azul para psicotrópicos e branca para retinóides de uso sistêmico e imunossupressores (Brasil, 1998).

Com o intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas de saúde, fortalecendo ações estratégicas de controle e fiscalização dentro do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, visando maior agilidade e eficácia na solução de problemas sanitários, a

Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 27, foi aprovada em 30 de março de 2007, a qual estabelece o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Esse sistema utiliza ferramentas informatizadas, disponíveis na web, para captura e processamento de dados relacionados à produção, circulação, comercialização e uso de substâncias ou drogas sujeitas a controle especial. Entre seus principais objetivos, destaca-se o acesso a diversas informações sobre o comércio e uso dessas substâncias (Brasil, 2007).

A implementação do sistema SNGPC permite o controle eficiente da movimentação de entrada e saída de medicamentos sujeitos a controle especial, conforme estabelecido pela Portaria nº 344/1998 (Brasil, 1998) e pela Portaria SVS/MS nº 6, de 29 de janeiro de 1999, e suas atualizações, nas farmácias e drogarias do país (Brasil, 1999)

Porém em 2022 o sistema SNGPC começou apresentar instabilidade em suas operações e no final do mesmo ano suas operações foram suspensas em todo território brasileiro (CFF, 2022). No segundo semestre de 2024 a ANVISA ampliou testes para o reestabelecimento do SNGPC, os testes iniciaram de forma gradual até abranger todo o território brasileiro. Neste momento a adesão por parte dos estabelecimentos é voluntário, porém a ANVISA já programou um cronograma para retorno da obrigatoriedade e adesão do sistema em nível nacional para o primeiro semestre de 2025, a nova operacionalização do SNGPC proporcionará condições mais avançadas e eficientes para controle e fiscalização referente a venda de medicamentos controlados (Brasil, 2024).

Em 2010 a ANVISA aprovou a resolução RDC nº44/2010, a qual estabelece regras para embalagem, rotulagem, dispensação e o controle de medicamentos antimicrobianos o quais passam a ser dispensados obrigatoriamente com a prescrição médica e retenção do receituário. Devendo a prescrição conter informações completas e legíveis do medicamento, do profissional prescritor e do paciente tendo está uma validade de 10 dias. A dispensação também deve ser registrada no SNGPC e toda a movimentação tanto de entrada, saídas e perdas devem ser registradas devendo os receituários permanecerem armazenados por cinco anos (Brasil, 2010).

Assim como os receituários só devem ser emitidos por profissionais habilitados e registrados em seus respectivos conselhos, o farmacêutico para dispensação da mesma deve seguir alguns critérios como: avaliar se o receituário está prescrito corretamente e que todas as informações se encontram legíveis, além de conter a quantidade do medicamento que deve estar expresso em algarismos arábicos e por extenso, sem emendas ou rasuras. A dispensação só será permitida se todos os itens do receituário estiverem preenchidos corretamente (Brasil, 1998).

2.7 CUIDADO FARMACÊUTICO NO BRASIL

A Resolução Nº 585 de 29 de agosto de 2013 do Conselho Federal de Farmácia, atribui ao farmacêutico clínico o foco de promover, proteger e auxiliar na recuperação da saúde. Com a função de garantir o uso racional de medicamentos, otimizando a farmacoterapia melhorando a qualidade de vida do paciente. Para a promoção da saúde o farmacêutico deverá estar presente em todos os ambientes de atenção à saúde sejam eles públicos ou privados, com autonomia baseando-se em princípios bioéticos e profissionais respeitando as normas e políticas de saúde (Brasil, 2013).

Observa-se a participação do profissional farmacêutico nas equipes multidisciplinares consolidada. A proximidade do profissional com a comunidade fortalecendo a promoção da saúde através dos serviços ofertados nas farmácias. Essa prática visa melhorar a qualidade de vida dos pacientes através de orientações claras referente ao uso correto de medicamentos principalmente os de uso contínuo. Fale ressaltar que além disso é de reponsabilidade do profissional farmacêutico a correta dispensação de medicamentos de controle especial que exijam retenção da receita e o envio de dados a Anvisa (Vasconcellos; Andrade, 2022).

A adoção de medidas adequadas durante o tratamento medicamentoso se faz de extrema importância o papel do farmacêutico educando seus pacientes frente aos riscos oriundos ao consumo inadequado de medicamentos além de orientações corretas sobre dosagem e duração do tratamento. O monitoramento destes pacientes com revisões periódicas da farmacoterapia permite criar um alerta frente a reutilizações de prescrições reduzindo riscos associados ao consumo indevido de medicamentos (Cristina; Aguiar, 2024).

3 METODOLOGIA

O presente projeto trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva documental, realizada em uma farmácia do município de Fundão no estado de Espírito Santo entre os meses de março a maio de 2025, através da coleta de dados armazenados pelo software Prosytem. Os dados se referem à comercialização de medicamentos, nos últimos oito anos, de janeiro/2017 a dezembro/2024, sendo considerado os números de caixas vendidas, pois não é possível calcular o número de doses unitárias dadas as possíveis variações entre as diferentes apresentações, além de o sistema não permitir a extração dos dados em grupo (classe terapêutica), apenas de forma individualizada, o que se tornaria inviável dentro do período de execução deste trabalho. Soma-se ainda o fato de haver apresentações em outras formas farmacêuticas, tais como pós para ressuspensão e gotas, caracterizando formas líquidas, bem como aerossóis e flaconetes.

Foram excluídas da pesquisa vendas de produtos de perfumaria (produtos de higiene pessoal, suplementos entre outros), incluídos todos os medicamentos. Estes foram subdivididos em três grupos: medicamentos antimicrobianos, medicamentos psicotrópicos, sendo estes caracterizados pela retenção do receituário específico para cada para cada classe farmacêutica e medicamentos isentos de retenção (sem retenção de receita) incluem-se nesse grupo aqueles que, embora exijam prescrição médica, não demandam a retenção do receituário para sua dispensação. Destaca-se que medicamentos isentos de prescrição que durante o período da pandemia se tornaram momentaneamente controlados (ivermectina, nitazoxanida e hidrocloroquina) foram alocados na sua respectiva classe sendo classificados como isentos de prescrição.

A escolha do estabelecimento ocasionou-se pela autorização da gerência, a qual liberou o acesso de dados internos e exclusivos da farmácia. A seleção pelos anos levantados para o estudo considerou o período de ascensão do estabelecimento farmacêutico no município, além de serem anos que antecedem e sucedem uma das maiores catástrofes sanitárias do século XXI, a pandemia da COVID-19. Os demais estabelecimentos foram excluídos da análise em razão da particularidade de lidarem com dados exclusivos de cada um deles. O ano de 2025 foi excluído da pesquisa por ainda estar em percurso não permitido o levantamento concreto até o final da presente pesquisa.

Através do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no mês de abril de 2025 foram levantados indicadores como atividade econômica do

município e tamanho da população segundo censo do IBGE (2022), o que permitiu estabelecer a correlação das vendas com os dados demográficos.

A tabulação dos dados foi conduzida no programa Microsoft Office Excel versão 2504 Build realizando a comparação dos medicamentos vendidos versus psicotrópicos e a evolução das vendas de acordo com cada ano e para os execução dos dados estáticos o programa computacional SPSS 23.0 for Windows. As análises realizadas neste trabalho constituíram na exploração dos dados utilizando a Técnica Estatística Descritiva e Inferencial (Teste de Mann-Whitney e Teste “t” de Student). Com relação à Estatística Inferencial, realizou-se a avaliação da normalidade das variáveis pela aplicação do teste de Shapiro-Wilk. Adicionalmente, realizou-se a comparação dos grupos com aplicação do Teste de Mann-Whitney para Amostras Independentes, para as variáveis cujas distribuições não assumem o padrão da distribuição normal gaussiana e Teste “t” de Student para Amostras Independentes para as variáveis cujas distribuições assumem o padrão da distribuição normal gaussiana. O nível de significância utilizado para o teste foi de 5%.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Localizada na região metropolitana do estado do Espírito Santo, Fundão apresenta um território de 286,854 km², segundo o IBGE (2022) estima-se que a população fundoense em 2024 seria de 18.824 habitantes predominantemente a faixa etária de 40 a 44 anos. Apesar de encontrar-se bem próxima a capital do estado e de alguns polos em ascensão econômica como a cidade de Aracruz, Fundão caracteriza-se por uma pequena cidade do interior tendo como renda principal a agricultura familiar e o comércio local. O município é caracterizado pela Sede e é subdividido em três distritos circunvizinhos, sendo Irundi de predominância rural situado próximo à divisa com o município de Santa Teresa, Timbuí é o mais próximo da sede do município limitando-se com o município da Serra; e Praia Grande que corresponde à área litorânea de Fundão, que igualmente limita-se ao município de Serra. Rica em belezas naturais a qual é descrita como a cidade que vai do mar às montanhas capixabas (Fundão,2020).

Atualmente o município de Fundão possui oito farmácias particulares sendo quatro localizadas na Sede do município, duas no distrito de Timbuí e duas em Praia Grande. O estabelecimento em que os dados foram coletados se encontra na sede do município com um amplo quadro de clientes com uma média diária de 400 atendimentos.

A população de Fundão recebe do serviço público uma parcela razoável de medicamentos gratuitamente, sejam eles controlados ou não, e quando ocorre o desabastecimento deste serviço o estabelecimento referência para aquisição é a farmácia em estudo, a qual representa maior cartela de clientes se considerar a média diária de 400 atendimentos em um mês isso representa uma média de 10.000 mil atendimentos, ou seja, cerca de 53% da população do município é atendida pelo estabelecimento farmacêutico.

Os gráficos 1 e 2 representam a variação de vendas entre os grupos de medicamentos antimicrobianos, psicotrópicos e sem retenção de receitas, os quais foram subdivididos em genéricos/similares e referência. Os dois primeiros grupos apesar de controladas e necessitarem da retenção apresentam elevações diferenciadas ao longo dos anos. Os psicotrópicos (genérico/similar) apresentam uma curva crescente apesar de um pequeno declínio sendo justificada sua tendência de aumento e sua comparação com os demais coeficientes, conforme tabela 1.

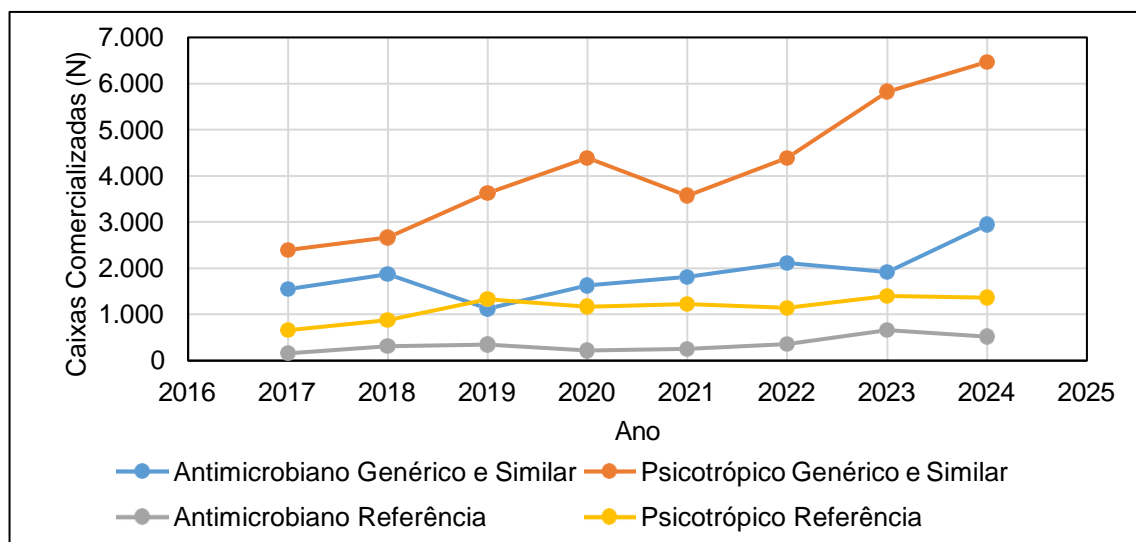
Tabela1 – Dados estatísticos frente a vendas de medicamentos antibióticos, psicotrópicos e medicamentos sem retenção de receita, subdivididos em referência versus genérico e similar.

Grupo de Medicamentos		Mínimo (N)	Média	Mediana	Máximo (N)	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação (%)
Referência	Antimicrobiano	158	351,38	326,50	661	165,36	47,06
	Psicotrópico	658	1.145,50	1.194,00	1.401	257,82	22,51
	Sem retenção de receita	12.255	18.037,38	19.095,50	20.357	2835,28	15,72
Genérico e similar	Antimicrobiano	1.126	18.68,00	1.839,00	2.942	525,15	28,11
	Psicotrópicos	2.396	4.167,13	4.011,50	6.469	1421,69	34,12
	Sem retenção de receita	61.187	69.656,38	71.919,50	73.818	4950,87	7,11

Fonte: Elaboração própria. *Legenda: N: número de caixas comercializadas

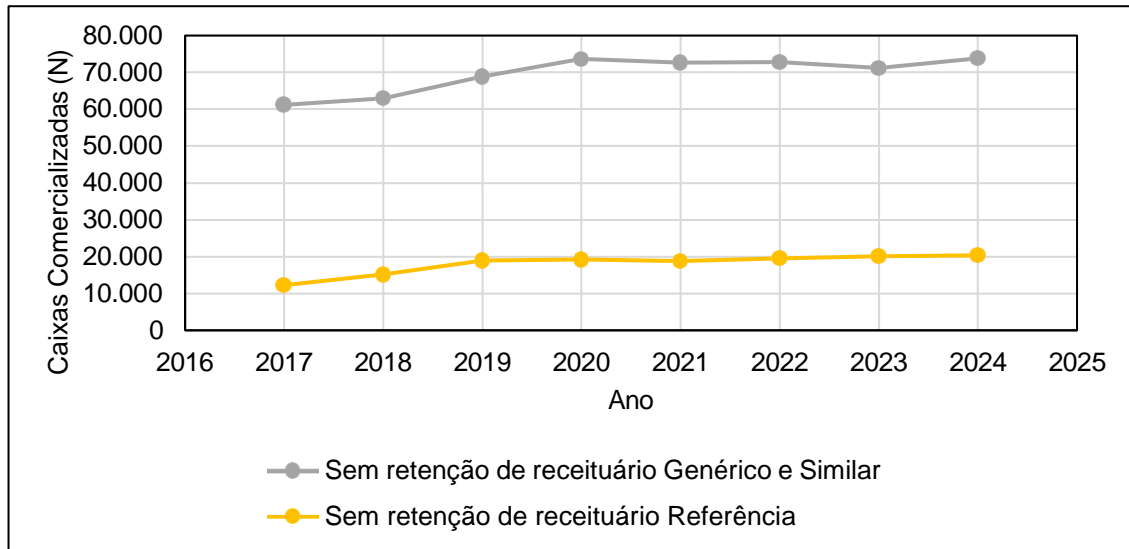
Como demonstrado no gráfico 1 observa-se estabilização frente a dispensação de antimicrobianos de ambos os grupos no município, já os psicotrópicos (genérico e similar) há uma notável ascensão a partir do 2019 com aumento significativo em 2020, possivelmente ocasionado pela chegada pandemia da Covid-19 no país. Apesar de não ter ocorrido a separação dos psicotrópicos em suas respectivas classes, mas coincidentemente, durante o período da pandemia houve o aumento significativo da comercialização deste grupo de medicamentos. Essa tendência se mantém em crescimento após o decreto do fim da pandemia, pois as consequências mentais se manifestam diferentemente e podem ter o curso determinado por características subjetivas, além da influência das mudanças comportamentais vivenciadas naquele período de isolamento social. Expressa um papel de extrema importância no aumento da vendas de genérico e similar o profissional farmacêutico que amparado na legislação vigente pode ofertar aos seus paciente a intercabilidade de medicamentos contribuindo no aumento das vendas de genérico/similar e havendo a estabilização dos medicamento de referência.

Gráfico 1 – Caixas de medicamentos comercializadas ente os anos 2017 a 2024 do grupo de antimicrobianos versus psicotrópicos em uma farmácia do município de Fundão/ES.



Fonte: elaboração própria 2025

Gráfico 2 – Caixas de medicamentos comercializadas entre os anos 2017 a 2024 do grupo sem retenção de receituário em uma farmácia do município de Fundão/ES.



Fonte: elaboração própria 2025

Utilizando os descritores “psychotropic drugs” and pandemia (PubMed), entre os anos de 2020 e 2025 percebe-se que não há um número expressivo de publicações sobre o tema, mas que não significa menor importância e por isso se destacam algumas considerações, tais como apontadas pelos autores Saavedra e outros (2022) que entre os anos de 2018 e 2020 realizaram um levantamento em farmácias comunitárias privadas do Distrito Federal, no qual apresenta predominância na dispensação de medicamentos da classe do antimicrobianos (81%). Os psicotrpicos representam 19%, apesar de não dominado essa classe apresentou uma significativa elevação após o início da pandemia do Covid -19, o que corrobora com os dados apresentados pela atual pesquisa., dados que também são apresentados pelos autores Barros e Silva (2023) em sua análise frente ao aumento do consumo de psicofármacos por usuários do SUS no estado de Minas Gerais entre os anos de 2018 e 2021 observaram um crescimento significativo também durante o período da pandemia das classes farmacêuticas de antidepressivos e ansiolíticos. Que comparados aos deste estudo, reforçam a preocupação, ou comportamento em relação ao uso de medicamentos psicotrpicos.

Em 2019 foram vendidas 4.966 de caixas de psicotrpicos (genérico/similar e referência) já em 2022 esse número elevou-se para 5.538 unidades, representando um aumento de aproximadamente 12%. Apesar de o CFF (Brasil,2023) não apresentar os dados diferenciais em relação ao uso de genérico/similar e referência, é possível observar semelhanças com os dados deste estudo, que revelaram comportamento crescente de psicotrpicos enquadrados no grupo em nível nacional que faz um comparativo das vendas do ano de 2019, que antecede a crise sanitária mundial, com o ano de 2022: em 2019 comercializava-se 82.667.898 caixas de psicotrpicos em 2022 esse número disparou para 112.797.268, ou seja, uma elevação de 36% do consumo de medicamentos psicotrpicos no Brasil.

Considerando a realidade do município de Fundão/ES, é possível observar uma distinção em relação aos dados do Conselho Federal de Farmácia. Apesar do levantamento feito apenas em uma farmácia, dado o intenso fluxo de clientes, é provável que esse seja um comportamento da população de Fundão. Essa distinção entre os dados coletados e os publicados pelo Conselho Federal de Farmácia pode ser entendida pelos seguintes fatores: 1) acesso a rede de assistência médica é limitado o que pode interferir diretamente no número de dispensações diárias; 2) a população

fundoense ainda é relativamente jovem, o que se correlaciona com estudos que relatam a maior propensão do uso dessa classe de medicamentos por pessoas mais idosas (Prado; Francisco; Barros, 2017; Rodrigues et al. 2020). 3) Um outro componente que pode ser levado em consideração para o entendimento dessa diferença se justifica por ser uma cidade do interior, apesar de seus limites serem com outras cidades também da região metropolitana, oferecendo, qualidade de vida, menores índices de violência, uma rotina menos estressante ocasionada pelos grandes centros urbanos, conforme outros estudos também revelam como prevalência na aquisição direta de medicamento o fator socioeconômico em que se observa um aumento considerável no poder de compra em família com renda familiar acima de três salários mínimos (Arrais et al. 2005).

Monteiro *et al.* (2020), em sua revisão bibliográfica, retratam sobre o uso indiscriminado de antimicrobianos e as consequências que podem ocasionar desde o agravamento da doença à evolução de micro-organismos resistentes aos melhores antimicrobianos disponíveis no mercado. O desenvolvimento dessa classe farmacêutica foi uma grande descoberta para a saúde, mas o seu uso indiscriminado tem acendido um alerta no campo da saúde. Diante do exposto, em 2010 a ANVISA aprovou a resolução RDC nº44/2010 (Brasil, 2010) que tornou os medicamentos antimicrobianos controlados, essa exigência para a dispensação dessa classe pode justificar a estabilização das vendas observadas na atual pesquisa. Observa-se que durante a pandemia, os antimicrobianos estavam inseridos no protocolo de atendimento ao paciente, porém não houve aumento significativo de vendas quando se compara à classe dos psicotrópicos que cresceu 1% no respectivo ano como demonstrado no gráfico 1. Em 2023 é notável uma pequena elevação de vendas do antimicrobiano que se mantém estável em 2024 diferentemente dos psicotrópicos que apesar de ter um pequeno declínio de vendas em 2021 se mantém ascendente nos anos subsequentes o que pode ter sido refletido pela pandemia.

A atual pesquisa também transparece a adesão em especial da população fundoense pelos medicamentos genéricos e similares quando aplicados os Teste de Mann-Whitney e Teste “t” de Student (Tabela 2 e Tabela 3) para amostras independentes. Após a regularização no país pela Lei Nº 9.787 (Brasil, 1999) os medicamentos genéricos e similares têm ganhado mercado e confiabilidade da população, isso deve-se pelo preço acessível, conhecimento, qualidade e influência dos profissionais de saúde, sejam eles os prescritores, farmacêuticos ou balconistas tem impactado na escolha destas classes de medicamentos como apresentado pelos autores (Garcia *et al.* 2020; Luppe *et al.* 2020).

Tabela 2 – Comparação entre os grupos de medicamentos pelo Teste de Mann-Whitney para amostras independentes não paramétricas.

Grupos	Valor-p*
Psicotrópico (Genérico e Similar) Psicotrópico (Referência)	0,0002
Medicamento sem retenção de receituário (Genérico e Similar) Medicamento sem retenção de receituário (Referência)	0,0002

Elaboração própria 2025. *Nível de significância $p < 0,05$

Tabela 3 - Comparação entre os grupos de medicamentos Antimicrobianos pelo Teste “t” de Student para amostras independentes paramétricas

Grupos	Valor-p*
Antimicrobianos (Genéricos e Similar) Antimicrobianos (Referência)	0,000002

Elaboração própria 2025 *Nível de significância $p < 0,05$

Os medicamentos genéricos e similares foram regularizados pela Lei 9.787/1999 (Brasil, 1999) com o intuito de reduzir os custos dos medicamentos tornando-os mais acessível a população. Para sua comercialização no Brasil ambos devem passar pelo processo de aprovação junto a Anvisa e comprovarem sua equivalência e segurança frente aos de referência através de teste de equivalência e bioequivalência. A intercambialidade do medicamento de referência para genérica ou similar é permitida e de responsabilidade do profissional farmacêutico como mencionado pelos autores Araujo e outros (2010) frente a legislação vigente. Os fatores mencionados colaboram para aumento expressivo de vendas dessas classes de medicamentos (genérico e similar) como também apresentado pelos autores Vieira e Zucchi (2006) apesar de não ter sido o foco do atual estudo torna-se evidente a preferência dos usuários por essas classes (genérico e similar).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados, é notável as mudanças significativas no padrão de dispensação de medicamentos psicotrópicos e antimicrobianos, especialmente quando o mundo passou por uma das piores crises sanitárias da história a Covid-19.

A estabilização da dispensação de antimicrobianos pode ser atribuída a correta dispensação desta classe farmacêutica pelo estabelecimento em estudo enquanto o aumento significativo dos psicotrópicos reflete os impactos da crise sanitária associada a uma rotina exaustiva podendo interferir na saúde mental da população. Nesse cenário observa-se a importância do profissional farmacêutico sendo de sua responsabilidade a orientação ao uso racional dos fármacos, identificação de possíveis riscos relacionados à automedicação e o cumprimento das legislações sanitárias. Essas ações contribuem diretamente para a segurança do paciente, o combate à resistência antimicrobiana e a promoção de uma saúde mais consciente e acessível. Assim, reforça-se a importância da valorização desse profissional, especialmente em tempos de crise, como os vivenciados durante a pandemia, em que o cuidado e a orientação farmacêutica tornaram-se fundamentais para a manutenção da saúde da população.

Em síntese, as considerações finais voltam para o aumento expressivo de medicamentos psicotrópicos observados nos últimos oito anos, especialmente após a pandemia de Covid-19, tornando evidente a urgência de ações efetivas na área da saúde mental. O crescente consumo de psicotrópicos embora necessária na maioria das vezes, possivelmente a carência de políticas públicas destinadas à promoção do bem-estar emocional e à prevenção de transtornos psíquicos. É de extrema importância que os órgãos públicos invistam em estratégias preventivas, fortalecendo a atenção primária à saúde mental através da ampliação de serviços psicológicos e psiquiátricos, atuando na promoção de campanhas educativas sobre autocuidado, manejo do estresse e combate ao estigma relacionado aos transtornos mentais. A integração de profissionais interdisciplinares como psicólogos, assistentes sociais e farmacêuticos nas equipes também se mostra essencial para um cuidado mais

humanizado e resolutivo. Investimento em programas de saúde mental nas escolas, ambientes de trabalho e nos bairros podem contribuir diretamente na identificação precoce de sintomas, reduzindo fatores de risco e promoção de hábitos saudáveis.

Apesar de não ser o foco da atual pesquisa ela aponta uma adesão significativa dos fundoenses aos medicamentos genéricos e similares, evidenciando a consolidação dessa classe no mercado farmacêutico. Entretanto, é necessário destacar que a realidade observada em uma única farmácia, a qual representa o maior fluxo de atendimentos os quais expressam uma realidade de atendimentos de cerca de 53% da população de Fundão /ES. Por isso, novas pesquisas são essenciais para ampliar o entendimento sobre os padrões de consumo e as percepções da população em diferentes contextos sociais, econômicos e regionais. Estudos com amostragens mais amplas e diversificadas podem fornecer dados mais robustos para subsidiar políticas públicas de acesso racional de medicamentos.

REFERÊNCIAS

ABI-ACKEL, M. M. *et al.* Uso de psicofármacos entre idosos residentes em comunidade: prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 1, p. 57–69, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tC6t9Sk6Qz4nmzgKXYMvvXR/?lang=en>>. Acesso em: 10 set. 2024.

AKERMAN, M.; FREITAS, O. D. Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM): avaliação dos serviços de atenção farmacêutica primária. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. suppl.2, 22 set. 2017. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/139733/147861>>. Acesso em: 05 set.2024.

ARAÚJO, L. U. *et al.* Medicamentos genéricos no Brasil: panorama histórico e legislação. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 28, n. 6, p. 480–492, dez. 2010. Disponível em: <untitled>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ARRAIS, P. S. D. *et al.* Prevalência e fatores determinantes do consumo de medicamentos no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 6, p. 1737–1746, dez. 2005. Disponível em: <SciELO Brasil - Prevalência e fatores determinantes do consumo de medicamentos no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil Prevalência e fatores determinantes do consumo de medicamentos no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil>. Acesso em: 23 mai. 2025.

BARROS, J. C.; SILVA, S. N. Use of Psychotropic Drugs during the COVID-19 pandemic in Minas Gerais, Brazil. **Revista Brasileira De Epidemiologia**, v. 26, 1 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/rbepid/2023.v26/e230059/pt/>>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BERTOLDI, A. D. *et al.* Medicine use among adolescents: the 11-year follow-up of the 1993 Pelotas (Brazil) birth cohort study. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n.

10, p. 1945–1953, out. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/YvN9NDRRhP8yh4Zk49t8JXx/?lang=en>>. Acesso em: 13 out. 2024.

Brasil. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Medicamentos controlados: receitas com assinatura digital. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/medicamentos-controlados-receitas-com-assinatura-digital>>. Acesso em: 01 jun.2025.

Brasil. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/agencia-nacional-de-vigilancia-sanitaria>>. Acesso em: 24 abr. 2025.

Brasil. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Lista de substâncias entorpecentes são atualizadas. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2018/listas-de-substancias-entorpecentes-sao-atualizadas>>. Acesso em: 16 set. 2024.

Brasil. **Casa Civil**. Lei Nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Casa Civil, 1973. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5991.htm>. Acesso em: 23 abr. 2025.

Brasil. **Casa Civil**. Lei Nº 9787, de 10 de fevereiro de 1999. Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9787.htm>. Acesso em: 22 mai.2025.

Brasil. **Conselho Federal de Farmácia**. Anvisa irá ampliar os testes do SNGPC e convida todas as farmácias privadas a participarem. Disponível em: <<https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/02/10/2024/anvisa-ira-ampliar-os-testes-do-sngpc-e-convida-todas-as-farmacias-privadas-a-participarem>>. Acesso em: 17 de out.2024.

Brasil. **Conselho Federal de Farmácia**. CFF vai buscar a Anvisa para tratar sobre SNGPC e rastreabilidade de medicamentos. Disponível em: <<https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/20/04/2022/cff-vai-buscar-a-anvisa-para-tratar-sobre-sngpc-e-rastreabilidade-de-medicamentos>>. Acesso em: 17 de out. 2024.

Brasil. **Conselho Federal de Farmácia**. Levantamento aponta aumento de 18,6% no uso de medicamentos para saúde mental nos últimos dois anos. Disponível em: <<https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/14/10/2024/levantamento-aponta-aumento-de-18-6-no-uso-de-medicamentos-para-saude-mental-nos-ultimos-dois-anos>>. Acesso em: 15 de out. 2024.

Brasil. **Conselho Federal de Farmácia**. Levantamento do CFF expõe aumento na venda de antidepressivos desde o começo da pandemia. Disponível em: <<https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/16/02/2023/levantamento-do-cff-expoe-aumento-na-venda-de-antidepressivos-desde-o-comeco-da-pandemia>>. Acesso em: 15 de out. 2024.

Brasil. **Conselho Federal de Farmácia**. Resolução Nº 585 de 29 de agosto de 2013. Disponível em: <RELATÓRIO DA COMISSÃO DESIGNADA PARA ESTUDAR A MANUTENÇÃO DA TERMINOLOGIA “BIOQUÍMICO” AO FARMACÊUTICO, APÓS A IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES>. Acesso em: 22 de abr. 2025.

Brasil. **Conselho Federal de Farmácia**. Vendas de medicamentos psiquiátricos disparam na pandemia, 2023. Disponível em: <<https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/16/03/2023/vendas-de-medicamentos-psiquiatricos-disparam-na-pandemia>>. Acesso em: 15 de out. 2024.

Brasil. **Ministério da Saúde**. Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro 1999. Ministério da Saúde, 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm>. Acesso em: 15 out. 2024.

Brasil. **Ministério da Saúde**. Portaria nº 6, de 29 de janeiro de 1999. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, 1999. Disponível em: <9223adcf-8f10-406e-b443-32330dc70e97 (anvisa.gov.br)>. Acesso em: 17 out. 2024.

Brasil. **Ministério da Saúde**. Resolução RDC nº44, de 26 de outubro de 2010. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0044_26_10_2010.html>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Brasil. Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (PNAUM). Ministério da Saúde. Brasília, 2016. **CADERNO 01234 CADERNO 01234**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/componente_populacional_resultados_pnaum_caderno3.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria Nº 344, de 12 de maio 1998. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html>. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Resolução RDC nº27, de 30 de março de 2007. Disponível em: <https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/res0027_30_03_2007.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

CAMILA, L.; NASCIMENTO, S.; OLIVEIRA SALVI, J. Ansiedade, depressão e medicamentos psicotrópicos em idosos institucionalizados no município de Ji-Paraná, Rondônia. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research -BJSCR**, v. 21, n. 3, p. 2317–4404, 2018. Disponível em: <20180205_112302.pdf (mastereditora.com.br)>. Acesso em: 02 out. 2024.

CELUPPI, I. C. *et al.* Uma análise sobre o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, 2021. Disponível em: <SciELO Brasil - Uma análise sobre o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo Uma análise sobre o desenvolvimento de

tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo>. Acesso em: 01 jun. 2025.

CENTENARO, A. P. F. C. *et al.* Transtornos mentais comuns e fatores associados em trabalhadores de enfermagem de unidades COVID-19. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/DdSbLFmFdyTKCJzdVBk4rNx/?lang=pt>>. Acesso em: 19 set. 2024.

CERQUEIRA BARROS, J.; SILVA, S. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. ARTIGO ORIGINAL RESUMO. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/Q6mHp8vk9h8JWkH8HM6tDbs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2024.

COLAÇO, R. F.; ONOCKO-CAMPOS, R. T. Gestão compartilhada do tratamento com psicofármacos: inquérito com usuários de CAPS de quatro grandes cidades brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 7, p. 2553–2562, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/HgzrfYxtGKCPMyCpXrLT4jH/?lang=pt>>. Acesso em 10 set. 2024.

CRISTINA, H.; AGUIAR, L. O impacto no consumo de medicamentos controlados pós-pandemia da COVID-19. **COGNITIONIS Scientific Journal**, v. 7, n. 2, p. e534–e534, 29 out. 2024. Disponível em: <Vista do O impacto no consumo de medicamentos controlados pós-pandemia da COVID-19>. Acesso em: 21 abr.2025. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/drugs-psychoactive#tab=tab_1>. Acesso em: 16 out.2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Busca | IBGE**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=popula%C3%A7%C3%A3o+fundo+es+https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=popula%C3%A7%C3%A3o+fundo+es+>>. Acesso em: 03 mar.2025.

Fundão (ES). **Prefeitura Municipal de Fundão**. História. Disponível em: <<https://www.fundao.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>>. Acesso em: 24 abr. 2025.

GARCIA, V. L. DE O. *et al.* Análise do nível de conhecimento da população sobre os medicamentos genéricos em comparação aos de referência e similares na cidade de Belém, Pará. **Revista Amazônica de Ciências Farmacêuticas**, v. 1, n. 1, 24 jul. 2020. Disponível em: <1-ANÁLISE-DO-NÍVEL-DE-CONHECIMENTO-DA-POPULAÇÃO-SOBRE-OS-MEDICAMENTOS-GENÉRICOS-EM-COMPARAÇÃO-AOS-DE-REFERÊNCIA-E-SIMILARES-NA-CIDADE-DE-BELÉM-PARÁ.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2025.

LUPPE, M. R. *et al.* Análise de atributos na preferência entre consumo de medicamentos genéricos e similares ou medicamentos de referência. **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, 5 jun. 2020. Disponível em: <ANÁLISE DE ATRIBUTOS NA PREFERÊNCIA ENTRE CONSUMO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS E SIMILARES OU MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA | Revista Gestão Organizacional>. Acesso em: 22 mai. 2025.

MAZON, M. DA S.; AMORIM, B. M.; BRZOZOWSKI, F. S. Psicotrópico se declina no feminino: saúde mental e mundo digital em questão. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, p. e93079, 1 maio 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/6HnL8bhG84Wxd5Gx6bBJFXP/?lang=pt#>>. Acesso em: 12 set. 2024.

MONTEIRO, R. F. S. *et al.* O uso indiscriminado de antimicrobianos para o desenvolvimento de micro-organismos resistente. *Revista Eletrônica Acervo Saúde. acervomais.com.br*, 25 jul. 2020. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3597>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

MORENO, R. A. *et al.* Anticonvulsivantes e antipsicóticos no tratamento do transtorno bipolar. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 26, p. 37–43, 1 out. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/kRJWkwxQpwBrNZqSCGczZPp/?lang=pt>>. Acesso em: 08 out. 2024.

OLIVEIRA, J. R. F. DE *et al.* Descrição do consumo de psicofármacos na atenção primária à saúde de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2021.v37n1/e00060520/pt/>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Saúde Mental. Organização Mundial de Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/mental-health#tab=tab_1>. Acesso em: 16 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Drogas (psicoativas), 2023. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/drugs-psychoactive#tab=tab_1>. Acesso em: 12 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo, 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/02-03-2022-covid-19-pandemic-triggers-25-increase-in-prevalence-of-anxiety-and-depression-worldwide>>. Acesso em: 19 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Transtornos mentais. Organização Mundial de Saúde, 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>>. Acesso em: 19 set. 2024.

PENHA, I. N. DA S. *et al.* O uso de medicamentos controlados durante a pandemia da Covid-19 observado em uma drogaria na região do sudoeste baiano. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e246101623752, 12 dez. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23752>. Acesso em: 28. mai. 2025.

PRADO, M. A. M. B. DO *et al.* Uso de medicamentos psicotrópicos em adultos e idosos residentes em Campinas, São Paulo: um estudo transversal de base

populacional*. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, n. 4, p. 747–758, nov. 2017. Disponível em: <scielo.br/j/ress/a/rHPN7mhmdYVpGRwR3JTXTTs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2025.

RANG, H.P. *et al.* Rang e Dale: Farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
ROCHA, A. L. A. *et al.* Uso de psicofármacos por profissionais da Atenção Primária à Saúde e fatores associados. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 72, p. 29–36, 12 maio 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/6VCCCDMk333SMXMFfzsQK4N/?lang=pt>>. Acesso em 05 set. 2024.

ROCHA, A. L. A. *et al.* Uso de psicofármacos por profissionais da Atenção Primária à Saúde e fatores associados. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 72, p. 29–36, 12 maio 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/6VCCCDMk333SMXMFfzsQK4N/?lang=pt>>. Acesso em: 05 set. 2024.

RODRIGUES, P. S. *et al.* Uso e fontes de obtenção de psicotrópicos em adultos e idosos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 11, p. 4601–4614, nov. 2020. Disponível em: <scielo.br/j/csc/a/TPshKZqHqXpNKnQyDptcKcy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2025.

SAAVEDRA, P. A.E. *et al.* Dispensing of psychotropic drugs in the Brazilian capital city before and during the COVID-19 pandemic (2018–2020). **Frontiers in Pharmacology**, v. 13, 23 dez. 2022. Disponível em: <Dispensação de psicofármacos na capital brasileira antes e durante a pandemia de COVID-19 (2018-2020) - PubMed>. Acesso em: 01 de jun. 2025.

SIMAS DA ROCHA, B.; WERLANG, M. Psicofármacos na Estratégia Saúde da Família: perfil de utilização, acesso e estratégias para a promoção do uso racional. **TEMAS LIVRES FREE THEMES 3291**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n11/3291-3300/pt>>. Acesso em 09 set. 2024.

VASCONCELLOS, R.S. L.; ANDRADE, L. G. Atenção Farmacêutica na dispensação de medicamentos controlados na drogaria. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. **periodicorease.pro.br**, 30 abr. 2022. Disponível em: <Vista do ATENÇÃO FARMACÊUTICA NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS NA DROGARIA>. Acesso em 21 abr. 2025.

VIEIRA, F. S.; ZUCHI, P. Diferenças de preços entre medicamentos genéricos e de referência no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, 40(3), 444-449, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rsp/v40n3/12.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2025.